

Magalhães dispara contra conivência

Um dos mais ferrenhos defensores da área pública, completamente contra a ação de qualquer tipo de invasor, é o ex-secretário de Viação e Obras, Carlos Magalhães, que atuou no governo de José Aparecido. Ainda hoje, ele insiste em divulgar a idéia de que o terreno público pertence ao povo e não deve ser utilizado em benefício de uma minoria. Dividindo os invasores em categorias, ele diz que o pior caso é o daquele que ocupa a área pública em busca de lucros.

Ele admite, porém, que essa posição não o impediu de estudar com paciência a situação dos estabelecimentos comerciais instalados hoje na cidade, que costumam invadir área públicas. "Antes de sair da secretaria, deixei assinada uma portaria estipulando critérios mínimos para a utilização de terrenos públicos vizinhos às entrequadras comerciais, mediante o pagamento de taxas e impostos", conta.

Magalhães diz que se isso não foi cumprido, a responsabilidade não é dele: "Pelo menos, enquanto secretário, cumpri com meu dever e mantive sempre ativa uma intensa fiscalização". A restrição maior, imposta ao comerciante ocupador de área pública é

referente ao direito da livre circulação do pedestre.

ENFASE

Em todo o seu discurso sobre as invasões promovidas por estabelecimentos comerciais, Magalhães diz que a fiscalização exerce um papel fundamental para que a situação mantenha-se estável. Ao dar ênfase à ação do fiscal, ele diz que não consegue conceber casos como o do edifício Baracat, no Setor Comercial Sul, com uma área de mais de oito mil metros quadrados construída em terreno público.

"Esse é o caso que caracteriza bem as vistas grossas de alguns dirigentes de órgãos fiscalizadores. Pois um fiscal, de imediato, conseguiria detectar uma invasão de tal natureza", alega. No seu entendimento, esse é um exemplo claro do desrespeito à população, de um modo geral, em benefício de uma minoria invasora privilegiada.

Justificando a facilidade com que a invasão de áreas públicas na cidade virou um hábito para alguns comerciantes, Magalhães faz alusão a certos tipos de pactos típicos de uma sociedade próxima do poder. Ele acredita que a ditadura

militar, sobretudo, tenha contribuído para a efetivação de uma série de concessões: "Muita coisa já funcionou na base de troca de favores".

A posição firme, diante de invasores, que sempre manteve durante os três anos e meio à frente da SVO, fez com que Magalhães fosse considerado uma das figuras mais polêmicas do governo de José Aparecido. Mas ele garante que, em momento algum, agiu de forma contrária aos interesses da população brasileira. Deixando transparecer um lado menos formal, ele chega a dizer que entende a situação de alguns comerciantes.

"Os bares e restaurantes instalados nas entrequadras comerciais, com certeza, sofrem com a falta de espaço para atender a um público maior", afirma. Porém, ele exige que alguns padrões mínimos e atitudes básicas sejam mantidos em benefício de uma comunidade maior que não é invasora. Magalhães admite, inclusive, que há pontos obscuros no projeto inicial de construção de áreas comerciais, o que possivelmente provoca o questionamento, hoje, de certas regras,